

públicos, nem possuindo uma legislação que defina e regule as suas atividades, sentem-se completamente desamparados, vivendo na dependência exclusiva da boa vontade, do reconhecimento e da compreensão eventual de seus patrões — os serventuários, — que lhes pagam o que querem e como querem, escalonando-os, em seus Cartórios, em uma hierarquia que dispõem a seu talento e ao sabor de conveniências pessoais.

Não há como nem a quem reclamar o que quer que seja, estando sujeitos às mesmas injunções que teriam se fossem simples comerciários. O Cartório, porém, não pode se comparar a um armazém ou loja, que o patrão compra e dirige como quer, pagando o que deseja e promovendo ou melhorando a situação de seus empregados como bem entende. O Cartório é um serviço público, oficial, cujo titular é nomeado pelo Governo, cabendo-lhe, portanto, a incumbência de também disciplinar e proteger a vida dos que ali trabalham. Não é admissível a perpetuação do atual estado de coisas, onde o escrevente de cartório, que executa trabalho de interesse público, de caráter absolutamente oficial, viva nessa humilhante dependência, recebendo na maioria dos casos ordenados miseráveis, enquanto se locupletam os seus titulares, à custa, precisamente, de seu labor.

E' preciso, pois, que o Governo aprove sem demora as conclusões a que chegou a Comissão recentemente constituída e nomeada para estudar a matéria, apressando o envio a esta Casa da mensagem propondo a já prometida oficialização e a regulamentação definitiva da situação da classe dos escreventes em bases consentâneas com o real merecimento e com os indiscutíveis direitos que ela possui.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

**O SR. GUSTAVO MARTINI** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, um dos mais cruciantes problemas de Santos é o relacionamento com o abastecimento de água, objeto de inúmeros estudos, planos e permanente assunto na pauta das reivindicações santistas junto ao governo do Estado. Nas administrações passadas e na atual o problema foi encarado com o devido cuidado e tivemos a criação do SASC — Serviço de Água Santos-Cubatão, seguido do início das obras da estação de tratamento de água do SASC, localizada à margem da Via Anchieta. Simultaneamente foram executadas outras obras de melhoria e ampliação da rede distribuidora em Santos, tudo fazendo prever que o problema seria solucionado em tempo razoável.

A conclusão das obras da estação de tratamento de água do SASC é a chave da solução definitiva do problema e, lamentavelmente, segundo o noticiário da imprensa santista, já foram ultrapassados três prazos para o término da mencionada estação de tratamento, com todos os prejuízos daí decorrentes para a população de Santos e para o governo do Estado, em virtude do encarecimento das obras. Rescisões contratuais estão sendo estudadas, de vez que a firma responsável não se encontra mais em condições de terminar a sua tarefa, o que fora prometido para o dia 1.º de dezembro, a fim de que a estação entrasse em funcionamento em caráter experimental.

Vários motivos são apresentados para justificar essa situação. Nenhum deles, entretanto, servirá para cobrir a imensa decepção do povo de Santos face ao retardamento da solução do problema de abastecimento normal de água. Ademais, aproxima-se o período do fim de ano, época em que a população santista costuma duplicar-se em virtude da afluência de turistas e de veranistas, cujo número chega a alcançar mais de 200 mil pessoas. O flagelo da falta de água não pode repetir-se e a solução é o término das obras da estação de tratamento do SASC.

Dirigimo-nos, desta tribuna, um caloroso apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas, no sentido de que enviem os melhores esforços para solucionar, de vez, esse angustiante problema, não permitindo que se interrompam ou sejam reduzidos os trabalhos empreendidos para a conclusão da estação de tratamento do SASC.

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

**A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES** — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, tenho perguntado a mim mesma onde estão aqueles Srs. deputados e não apenas S. Exas., mas cidadãos outros que, durante tanto tempo, insistiam na manifestação de que tudo quanto acontecia em Cuba era autêntica, legítima auto-determinação. Eu gostaria de poder debater com eles a matéria, neste momento. Onde está a autodeterminação de Cuba? Quem está determinando o destino daquele povo? É ele próprio, povo? Os dirigentes, ainda que maus, porque são comunistas? Fidel Castro? ou o apátrida Che Guevara?

Não, Sr. Presidente, quem está determinando o destino de Cuba e, consequentemente, do povo cubano, é o Sr. Nikita Kruchev, que, agora, confessa, com uma desfaçatez que só não é cinismo porque é comunismo, o que chega a ser a mesma coisa, que vai retirar as bases dos foguetes altamente ofensivos, altamente perigosos para a América Latina. O Sr. Kruchev é quem vai retirar as bases que estavam ou que ainda estão em Cuba!

Mas o Sr. Nikita Kruchev não havia proclamado ao mundo, através da sua representação na ONU, através de seus diplomatas, que já não havia nenhuma base de guerra russa? Havia proclamado insistentemente, Sr. Presidente. Mas nós sabíamos que aquilo era mentira, mentira mesmo. E é ele próprio, hoje, quem diz ao mundo que é um mentiroso, porque vai retirar as bases. Porém, se ele havia declarado que não havia essas bases, como vai retirá-las?

Então, Sr. Presidente, nós precisamos aplaudir sempre, a cada momento, a atitude enérgica, viril e autenticamente democrática, dentro dos tratados assinados pelos países da América Latina com a América do Norte, pela autodefesa muito bem, que acaba de tomar o Presidente Kennedy. (Muito bem)!

Temos que estar dentro da linha que representamos nesta Casa: a democracia. Não uma democracia inerte, inerte, inexpressiva, mas uma democracia autêntica, uma democracia em que os democratas estejam de pé, na defesa dos seus direitos, das suas liberdades, seguindo o exemplo do Presidente Kennedy. Por isso peço a V. Exa. que faça constar nos anais da nossa Casa a nossa solidariedade às mulheres do Rio de Janeiro, a velha capital, a nova Guanabara, que, unidas num sentido de autêntica brasilidade, procuraram o primeiro ministro, que é um comunistóide, e levaram o protesto da mulher, que é a base da nação, porque é o estelo do lar, levaram a palavra ativa da democracia autêntica contra a atitude da nossa representação, contra a atitude daqueles que estão conspirando o Itamarati, chefiados pelo próprio primeiro ministro, que não é primeiro ministro brasileiro, mas é primeiro ministro russo, dentro do governo brasileiro.

Aquelas mulheres, o entusiasmo, o aplauso desta Casa, que representa a democracia, no regime em que vivemos. E peço a V. Exa. que transcreva este noticiário estupendo nos anais desta Casa, para que o homem e a mulher do Interior, lendo o "Diário Oficial" deste Estado, possam aplaudir também, e agradecer principalmente, a atitude daquelas mulheres na defesa dos nossos lares, da nossa Pátria e das nossas liberdades. É o noticiário publicado na "Folha de S. Paulo" e no "Globo" do dia 25, a respeito daquele acontecimento que deve servir de exemplo às bravas mulheres de São Paulo, que só assim estarão honrando e dignificando o movimento de 1932. (Muito bem)!

(N. da T.: Os documentos a que se refere a oradora vão publicados no final da sessão).

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência defere o pedido de V. Exa. Está com a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

**O SR. AVALONE JÚNIOR** (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, estamos radiografando ao Sr. Presidente da República, no sentido de pedir a S. Exa. uma sindicância rigorosa na COAP de São Paulo, tendo em vista as revelações de grande repercussão feitas pelo Sr. Antônio de Pádua Cabral, que acaba de ser afastado da COAP e que denuncia que não pôde deavassar o cancro que domina a COAP de São Paulo no que tange aos grupos poderosos. Faz referência o diretor afastado ontem a uma calxinha de 600 cruzeiros por saca de arroz e disse que determinou uma série de sindicâncias para apurar irregularidades e que em consequência dessa medida corajosa e patriótica teria sido afastado. Dal' termos radiografado hoje ao Sr. Presidente da República solicitando que determine ao novo diretor, Sr. Menandro Lobão Barreto — nome até sugestivo, pois esperamos que não seja o "lobo mau" para o povo e sim um defensor deste contra os poderosos que estão mantendo essa calxinha e fazendo com que o arroz, o feijão e outras necessidades estejam fora do alcance popular — o prosseguimento das sindicâncias.

Estamos certos de que o Sr. Presidente da República responda a este apelo. Aqui voltaremos para exigir do novo diretor da COAP providências para que essas medidas não tenham solução de continuidade, até ser comprovada essa denúncia de repercussão nacional.

Sr. Presidente, passando a outro assunto, quero cumprimentar o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística — IBOPE — pelo seu prognóstico eleitoral a respeito das últimas eleições estaduais. Os resultados destas foram perfeitamente previstos por aquela organização, em publicação antecipada nos jornais da Capital. Pedindo à Mesa a publicação dos dados que se seguem, peço também faça chegar ao IBOPE os cumprimentos desta Assembleia. É a seguinte a publicação a que me refiro: (Lê):

O PROGNÓSTICO ELEITORAL DO "IBOPE" E OS RESULTADOS

OFICIAIS DA ELEIÇÃO  
ESTADO DE SÃO PAULO

	Resultados N. de Votos	Oficiais %	Prognóstico do Ibope
<b>Para Governador</b>			
Adhemar de Barros .. . . .	1.249.414	37,3	40,8%
Janio Quadros .. . . .	1.125.941	31,1	32,6
José Bonifácio .. . . .	722.823	21,9	19,6
Cid Franco .. . . .	35.653	1,1	1,1
Em Branco .. . . .	96.346	2,9	2,2
Nulos .. . . .	73.173	2,2	—
Indecisos .. . . .	—	—	3,7
<b>Para Vice-Governador</b>			
Laudo Natel .. . . .	1.200.807	36,3	34,6%
Faria Lima .. . . .	944.601	28,6	28,6
Theotônio Monteiro Barros .. . . .	543.411	16,5	16,8
Remo Forli .. . . .	56.897	1,7	0,4
Em Branco .. . . .	485.540	14,7	2,8
Nulos .. . . .	72.091	2,2	—
Indecisos .. . . .	—	—	16,8
<b>Para Senador</b>			
Auro Moura Andrade .. . . .	1.060.677	16,1	20,1%
Lino de Mattos .. . . .	966.163	11,6	14,3
Queiróz Filho .. . . .	678.789	10,3	11,0
Abreu Sodré .. . . .	607.932	9,2	8,8
Mário Beni .. . . .	570.651	8,6	7,5
Alípio Corrêa Neto .. . . .	538.789	8,2	6,5
Nelson Omega .. . . .	172.701	2,6	2,0
Marcelino Serrano .. . . .	50.117	0,8	0,5
Em Branco .. . . .	1.825.868	27,6	10,8
Nulos .. . . .	135.010	2,0	—
Indecisos .. . . .	—	—	18,5

Observação — 1 — Este prognóstico foi divulgado no dia 8 de outubro pelos jornais "A Gazeta Esportiva", "A Gazeta", "Folha de São Paulo" e "Diário da Noite", e pelas emissoras de Rádio e Televisão da Capital.

2 — A pesquisa final, que possibilitou a determinação deste prognóstico, foi realizada com um total de 2.393 entrevistas em todo o Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** — Não havendo mais oradores para falar no Pequeno Expediente, a Mesa dará a palavra ao Sr. deputado que a solicitar. — (Pausa.) Não havendo quem deseje usar da palavra, vamos passar ao Grande Expediente.

**O SR. AVALONE JÚNIOR (Para reclamação)** — Sr. Presidente, não havendo em plenário número suficiente de Srs. deputados, requero verificação de presença.

**O SR. PRESIDENTE** — A Mesa defere o pedido de V. Exa. e convida para auxiliá-la nesse trabalho os Srs. deputado Eduardo Barnabé e Murillo Sousa Reis.

— E' feita a chamada.

**O SR. PRESIDENTE** — Estão presentes 15 Srs. deputados. Não há número para continuação dos trabalhos.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A DEPUTADA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES NO SEU DISCURSO DO PEQUENO EXPEDIENTE DE 30-10-62, 1962  
SESSÃO ORDINÁRIA

"POLÍTICA EXTERIOR BIFRONTA"

"Tem sentido de grave advertência as manifestações de "basta", "basta", com que numeroso grupo de senhoras do Rio, da Campanha da Mulher Democrática, interrompeu antecorrem uma exposição do primeiro-ministro Hermes Lima a propósito do caso de Cuba. A reação, com efeito, era justificada, pois no momento em que a OEA decidia sobre as importantes medidas tomadas pelo governo dos Estados Unidos, visando repelir a investida soviética contra o regime democrático em toda a América, o presidente do Conselho de Ministros teórica e candidamente, procurava demonstrar o respeito do Brasil ao princípio de autodeterminação dos povos. Ninguém nega que é esse um belo princípio do Direito Internacional Público. Mas entre reconhecer-lhe as virtudes e o primado e, de outra parte, concordar em que existe autodeterminação em Cuba, vai um enorme passo. Porque não há autodeterminação num país, onde, concomitantemente, não se preservam as liberdades individuais, não se assegura a todos o direito de opinião, não se garante a liberdade de escolha ou opção, em resumo, onde são negadas as franquias democráticas. E' o que se passa em Cuba. Todas as liberdades estão hoje proibidas, ali, inclusive a da imprensa e a de culto. Portanto, só é válido o princípio a que com tanto ardor se apegava o governo brasileiro, ele entretanto se esvaia e perde significação quando isolado dos fatos, das contingências e dos valores morais e políticos que lhe dão consistência e justificação.

Embora redigida de modo mais inteligente do que as declarações irritantemente formais do sr. Hermes Lima, a nota oficial do Brasil sobre o episódio Cuba-EUA é, ainda assim, vacilante e reticente. Aprova todas as resoluções adotadas pela OEA, inclusive o "emprego de força armada", para impedir que novos carregamentos de armas cheguem ao país das Antilhas, mas declara-se contrária à "violação da integridade territorial" de Cuba. Ora, o de que cogitam os Estados Unidos é exclusivamente impedir, com energia, que prossiga a perigosa e acintosa militarização soviética da República de Fidel Castro, pois isso constitui séria ameaça para todos os países deste Hemisfério. As medidas determinadas pelo presidente Kennedy têm apenas esse objetivo. Decidiu-se uma quarentena ou bloqueio preventivo e não uma ação armada direta contra Cuba, com a intenção de invadi-la. É claro, porém, como o reconheceu o Chefe da Nação norte-americana, que "ninguém pode prever com exatidão o curso que os fatos tomarão". Se a URSS convencer-se de que deve chegar a um acordo e abster-se de seus atos provocadores na América — como é a nossa convicção — então o episódio atual ficará naturalmente circunscrito às suas proporções. Se, todavia, não houver esse bom senso, o risco de ser ferida a integridade do território cubano poderá ser inevitável e nenhum país do Continente, em defesa de suas próprias fronteiras e do bem-estar de suas populações, poderá esquivar-se a uma intransigente solidariedade pan-americana. Destarte, pois, a lúrida mas inconsequente posição brasileira é irrealista e de nenhum sentido prático. Trata-se apenas, de mais uma demonstração óca — até certo ponto ridícula — de nossa bifronte "política externa independente".

(Folha de São Paulo)

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA CONTRA O PERIGO DAS ARMAS RUSSAS EM CUBA

Em uma manifestação que levou cerca de 200 pessoas ao Itamarati, a mulher brasileira fez um apelo, ontem, ao Primeiro-Ministro e Chanceler Hermes Lima, para que o Brasil não se mantenha em neutra indecisão em face do problema cubano e se defina, categoricamente, contra a transformação de Cuba em base atômica agressiva contra as Américas, fiel aos compromissos e responsabilidades assumidas com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro.

A manifestação foi promovida pela Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia. Frisou a sua intérprete, Sra. Lúcia Jobim, que "a mãe brasileira admite até a luta, se necessário for", a fim de que se preserve a liberdade dos povos americanos".

Íntegra do Apelo

É a seguinte a íntegra do apelo feito pela Sra. Lúcia Jobim: "O mundo de hoje não admite neutros. Tampouco atitudes de indecisão. E' pois, lastimável observarmos a maneira como se vem manifestando o Brasil, sem se definir categoricamente. Quando a China invade a Índia, não há protestos. Mas quando os Estados Unidos, seriamente ameaçados por uma base militar atômica, conclamam a união das Américas para a sobrevivência da democracia, surgem indecisões, obstáculos e países que teimam em manter-se neutros.

"Se o Brasil assinou tratados como o do Rio de Janeiro e outros mais, por que se furta, agora às responsabilidades que acarretam tais assinaturas? Por que se manter indeciso? Será receio de ofender o bloco soviético? Traçamos, hoje, à Casa de Rio Branco a voz da mãe brasileira, que admite até a luta, se necessário for, a fim de que se preserve a liberdade dos povos americanos.

"Como brasileiras, como mães de família vimos apelar para o espírito patriótico de V. Exa. no sentido de manter as nossas tradições brasileiras com o mesmo brilho com que o fizeram os nossos antepassados. Sobre as nossas cabeças brilham, todas as noites, quatro estrelas que compõem a constelação que carinhosamente chamamos de Cruzeiro do Sul. Que essa cruz, Sr. Minis-